

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Calha do Norte (S.P.)

Class.: 60

Data: 8 de Junho de 1987

Pg.: _____

CALHA NORTE

Tudo aqui está fora do nosso controle, diz ministro

Márcio Chaer

Enviado especial a São Gabriel da Cachoeira

Logo depois que o presidente José Sarney retornou da visita que fez à região amazônica, onde se desenvolve o ambicioso projeto de colonização e desenvolvimento nas fronteiras ao Norte do Brasil — a Calha Norte —, o ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, revelou a sua opinião sobre o que ocorre na Amazônia: "Tudo aqui está totalmente fora do nosso controle", disse o brigadeiro.

Moreira Lima referiu-se ao estado de ilegalidade de companhias mineradoras e garimpos e à desertificação de contrabandistas e narcotraficantes na região. Sua crítica mais cáustica, porém, Moreira Lima reservou para o que ele chamou de "falsos missionários", ou seja, "auto-proclamados religiosos, sempre estrangeiros, que costumam aparecer em torno de áreas ricas em minerais para reivindicar a criação de reservas indígenas de dimensões desproporcionais".

O ministro da Aeronáutica foi quem convidou o Presidente a conhecer missões salesianas, onde crianças indígenas cantam de cor o Hino do Aviator, e instalações militares. Em São Gabriel da Cachoeira, a 861 km de Manaus (trajeto que se vence, de barco, em sete dias), Sarney prometeu a instalação do sistema de discagem direta à distância.

Não chegou ao conhecimento do Presidente, porém, o surto endêmico de tuberculose e de malária, que apresentam uma média de seis casos por dia, em uma população de três mil habitantes. Os índios lanomami, principais vítimas desses males, apresentam, ainda, uma incidência de 100% de verminose — a mesma incidência verificada entre todos os jovens que se alistaram, neste ano, para o serviço militar, na região

NATUREZA

O presidente José Sarney aproveitou sua visita à selva para responder, indiretamente, uma reportagem publicada, há duas semanas, na revista americana "Business Week", que afirmou haver um plano governamental, em marcha, de desmatamento na Amazônia: "Vamos preservar a natureza para as gerações futuras. Por isso, é importante a nossa presença aqui, pois, de outro modo, seria entregar a Amazônia à depredação". Em seguida, repetiu sua frase preferida sobre a região: "Quem

tem a Amazônia não deve ter medo do futuro".

Também preocupado com a natureza, o ministro-chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denys, anunciou que, no plano de exploração mineral da Amazônia, "as companhias mineradoras terão prioridade sobre os garimpeiros, porque o que se pretende é uma exploração racional e controlada". Referindo-se aos seiscentos mil garimpeiros que atuam na Amazônia, Moreira Lima acrescentou: "Eles destroem a ecologia, matam os índios, são verdadeiros aventureiros."

SEM TUTELA

O novo bispo de São Gabriel da Cachoeira, d. Walter Evandro de Azevedo, da ala progressista da Igreja, não compareceu à recepção da comitiva presidencial. Sarney foi acompanhado, em sua visita, pelo bispo salesiano, da ala conservadora, d. Miguel de Alagna. A primeira ala receia que na esteira do Projeto Calha Norte sobrevenha um processo irrefreável de aculturação dos indígenas. A segunda prega a integração dos silvícolas no processo civilizatório.

Demonstrando certa irritação com o debate, o presidente da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro, Edgar Fernandes Rodrigues, eleito em uma assembléia por 180 representantes das comunidades da região, protestou: "Tem muita gente preocupada com a sobrevivência da cultura do índio e se esquecendo da sobrevivência do índio."

Rodrigues, oriundo de uma tribo em dispersão, os Barés, rejeita "a tutela de quem quer que seja, do Governo, da Funai ou da Igreja". E esclarece: "O que precisamos é apoio, mas estão querendo decidir tudo por nós."

MÉIO DE SUBSISTÊNCIA

O líder indígena, ao contrário da Igreja, dos acadêmicos e dos militares, defende tanto os garimpeiros como as mineradoras. "O ouro representa um meio de subsistência, de ganhar a vida com o próprio trabalho", afirma Rodrigues, que não abre mão, no entanto, da demarcação das terras indígenas. "Não queremos nos tornar latifundiários, mas precisamos de áreas de usufruto exclusivo. Nem queremos nos tornar uma barreira para o progresso do Brasil, mas exigimos o respeito que merecemos", salientou.

Elton Rohnelt, diretor da companhia

Mineração da Amazônia (Gódmazon), que atua como subsidiária da Companhia Paranapanema, defende o "direito de autodeterminação" da região amazônica. "Nós apoiamos o Projeto Calha Norte em quase tudo, mas tememos que acabem militarizando o processo de desenvolvimento econômico da região", declarou ele.

DIREITO ADQUIRIDO

Rohnelt diz ter o direito adquirido à exploração de seiscentos mil hectares de área no Alto Rio Negro, o que compreende quase seiscentos garimpos em exploração. Pelos cálculos do empresário, "o Brasil, dentro de poucos anos, poderá se tornar o maior produtor de ouro do mundo, passando a marca de mil toneladas por ano e superando a África do Sul".

Incomodado com a "infiltração de agentes militares, da Polícia Federal e até de americanos" nos seus garimpos, que suspeitam de seu envolvimento em narcotráfico, contrabando ou evasão de riquezas, Rohnelt afirma que "nada é mais compensador que ouro". E acrescenta: "O seu desvio para o Exterior só acontece no Sul, a partir de São Paulo, onde estão as fundidoras, e não na Amazônia. Acabamos comprando aqui todo o ouro produzido nos países vizinhos, ou seja, o inverso do que se diz".

Projeto envolve 14% do território

FORÇAS ARMADAS

A ambição das metas do Projeto Calha Norte é amazônica. A começar pelo tamanho da área abrangida — 14% do território nacional — e pela extensão da fronteira que se pretende proteger e desenvolver: 6.500 km, ou seja, os limites com cinco países.

O Itamaraty deverá se empenhar na intensificação do comércio de fronteira com cada um desses vizinhos e reduzir as distâncias entre os marcos de fronteira, além de criar novos postos consulares. A Funai criará mais doze postos indígenas, terá mais oito campos de pouso e os demais postos e pistas existentes serão reformados e ampliados. Em termos de pessoal, 196 funcionários deverão ser contratados.

Para o combate ao narcotráfico, que continuará a cargo da Polícia Federal, não há, no plano original, novas medidas previstas. Esse mesmo plano, no entanto, lança um dramático alerta no setor: "Qualquer projeto de pequenos agricultores na Calha Norte (única atividade econômica na região, além do garimpo) poderá redundar em incremento da plantação de epadu (matéria-prima da cocaína), já que qualquer iniciativa na área agrícola sempre será menos rendosa do que a plantação de coca".

É na área militar que a Calha Norte tem sua mais ampla plataforma. Exército e Aeronáutica disputam verbas, enquanto a Marinha, às voltas com suas dificuldades marítimas, tem planos mais modestos, como a construção de um navio-patrolha fluvial da classe "Porto Esperança".

O Exército conclui, este ano, a construção de quartéis para quatro pelotões, com cerca de sessenta homens cada um, enquanto projeta a construção de outros quatro no ano que vem. Está sendo criado o 5º Batalhão Especial de Fronteira, que atuará nas cidades de São Gabriel da Cachoeira, Iauaretê, Querari, São Joaquim, Cucuí e Maturacá. No ano que vem, será criado o Pelotão Especial de Fronteira em Tiriós, no Pará, na fronteira com o Surinã.

A Aeronáutica coube a construção de vinte campos de pouso — oito deles para a Funai — e a ampliação e reforma dos já existentes. E é a ela que cabe o transporte de pessoal, material e equipamentos de todo o Projeto Calha Norte. A Aeronáutica, no caso, é a espinha dorsal do programa, já que até mesmo tijolos, tábuas e alimentos só podem chegar aos novos objetivos por via aérea.